

CENTROS HISTÓRICOS NO SÉC. XXI

Alvalade

Caros amigos e amigas de Alvalade

No seguimento do amável convite da casa do povo de Alvalade e da comissão das festas do foral estamos aqui hoje para falar de Centros Históricos... de Centros Históricos no século XXI!

A reflexão sobre um Centro Histórico pode começar logo pela sua definição e aí depara-se a primeira dificuldade...

Definir um centro histórico revela-se complexo, visto que encerra em si um conceito de património, que possui contornos extensos e que, por vezes, parecem ilimitados

Por exemplo, se formos procurar no Plano Director Municipal do Concelho Santiago do Cacém não encontramos a definição de centro Histórico...mas no entanto, o Concelho tem três centros históricos definidos e delimitados: Santiago do Cacém, Cercal e aqui o de Alvalade.

Se formos procurar no Plano de Urbanização de Santiago do Cacém também não se encontra lá a definição ou no Plano de Pormenor do Centro Histórico, - o que ainda é mais estranho, - também não!

Fazemos alguma pesquisa em publicações, na internet e surgem-nos as definições mais díspares.

O conceito de centro histórico tem sofrido alterações à medida que os tempos passam. No entanto, regra geral, é visto como um livro de memórias materiais e imateriais, que possui importantes referências e indicações de identidade dos indivíduos que aí habitam, e habitaram, ao longo do tempo.

Apesar de não falar concretamente em centro histórico, a Carta de Atenas, instituída em 1931 foi aquela que, pela primeira vez, estabeleceu critérios de preservação e revitalização de edifícios antigos.

A Carta de Veneza - Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, de 1964, alargou e renovou o conceito já abordado na Carta de Atenas, aprofundando ainda os seus princípios.

Assim sendo, o conceito de monumento histórico deixou de estar somente relacionado a criações arquitectónicas, passando a englobar - e é este o ponto fundamental - passando a englobar, dizia eu, sítios, quer urbanos, quer rurais - desde que estes encerrem vestígios de civilizações que, de alguma forma, simbolizem uma fase marcante da história. Esta Carta declara que “os monumentos de um povo, são portadores de uma mensagem do passado, são um testemunho vivo das suas tradições seculares.”

Em 1977, num Colóquio sobre Conservação, realizado em Quito, define-se centro histórico como sendo um espaço físico condicionado pelas relações que se foram estabelecendo entre as pessoas, ao longo do tempo.

Estamos perante uma fase da história em que se reconhece que estes centros não devem ser vistos apenas como portadores de uma herança física e material, mas sim como elementos indispensáveis à compreensão dos hábitos, crenças, tradições e relações sociais que se foram desenvolvendo ao longo do tempo e que, obviamente são representativos da identidade de uma população.

“A característica especial de um centro histórico é o reconhecimento por parte dos seus habitantes e dos habitantes do resto da cidade, de que o centro histórico é uma área urbana com identidade própria e aparência particular” refere-se no mesmo documento.

Em 1983, um geógrafo, Pereira de Oliveira alerta para o facto de o conceito de centro histórico ser **“atemporal porque eminentemente cultural”**, isto é, são os valores actuais que definem o que é deveras histórico. Fazendo uma abordagem sociocultural, Pereira de Oliveira admite que os conjuntos históricos em questão só podem ser considerados património quando a sociedade os reconhecer “como seus”.

A Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Granada, 1985) teve em vista desenvolver e aprofundar uma acção concertada entre os governos dos estados signatários. Nesta convenção foi redigida a **Carta Europeia do Património Arquitectónico**,

que pretende lançar bases para a coordenação de esforços a nível europeu, procurando uma perspectiva comum, e os princípios gerais que devem guiar a acção dos governos e dos cidadãos em face do património arquitectónico.

Introduz-se a metodologia da conservação integrada, que implica a disponibilidade de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos, e cujo sucesso depende da participação de todos.

Redigida pela ICOMOS em 1987, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas traçou objectivos específicos no que diz respeito à conservação das “cidades históricas”. Neste documento, todas as cidades, centros e bairros importantes são reconhecidos como “históricos”, pelo simples facto de representarem a multiplicidade das sociedades ao longo das décadas

A intervenção nestas áreas não se pode fazer sem a participação dos habitantes e utilizadores, que devem ser beneficiados com o processo e cito: "o melhoramento do habitat deve constituir um dos objectivos fundamentais da salvaguarda" , e como a intervenção nas áreas antigas pode beneficiar toda a cidade, a Carta acrescenta que "a participação e a implicação dos habitantes de toda a cidade são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda (...) e nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes".

Tendo anteriormente apresentado uma breve evolução de um possível conceito de centro histórico, podemos concluir que este corresponde à soma de diversos sub conceitos academicamente estabelecidos como, por exemplo, ao núcleo da cidade, ao seu local inicial, onde durante séculos se edificaram monumentos e edifícios marcantes, o reflexo das culturas e relações entre os humanos que aí habitaram e ainda a pluralidade de identidades próprias, características das vivências de determinadas culturas e população que ali habitou.

No entanto, estas definições complicam-se quando entram em campo as nossas definições, a nossa visão pessoal, do que é o centro histórico.

Para uns é a parte mais antiga, ou mais velha, entre aspas, da urbe, para outros é a zona com mais charme ou carácter, para alguns é onde não vão carros, ou vão com muita dificuldade, outros ainda consideram

que é onde não se pode construir e onde as Câmaras, o IGESPAR etc, são muito mais chatos!!

Cada um tem as suas geografias pessoais, as suas visões, as suas interpretações...nunca permitindo uma afirmação exacta e concreta do que é o centro histórico.

Mas como hoje sou eu que está aqui deste lado, vou deixar-vos as minhas ideias, esperando que ajude cada um a reforçar, ou a reconstruir, a sua definição de centro histórico.

È um centro histórico um conjunto de edifícios notáveis? É mas não só.

È um centro histórico um conjunto de edifícios antigos, com muitos anos de história? È, mas não só...

È um aglomerado de edifícios maioritariamente degradados e de difícil recuperação? É, mas não só...

E poderíamos continuar mas, em resumo, um centro histórico é o conjunto de tudo isto.

Os bairros antigos nem sempre são "centros", nem históricos, e o seu valor não se limita ao dos edifícios, sendo também importantes o valor de localização para os que lá residem ou trabalham, o valor dos investimentos que receberam e a coexistência de diferentes formas de vida e de actividades

Mas, acima de tudo, é um conjunto, onde se somam os edifícios construídos, os espaços vazios, as áreas verdes e as ruas, as pessoas e o tempo!

È a sedimentação de tudo isto: do construído, do palpável, do real, mas também da história e das estórias, das vidas e das vivências, das relações e dos afectos.

Um centro histórico é as pessoas!

O grande desafio que se coloca a estes conjuntos edificados é a maneira como eles vão evoluindo, adaptando-se e incorporando-se nos tempos actuais.

Um facto é certo...não teriam chegado até hoje se não tivessem essa capacidade de adaptação.

Logo, deixar cristalizar um centro histórico é um erro.

Impor uma imagem, um estado, um carácter, que por vezes nem se sabe exactamente qual é, pode ter consequências desastrosas!

Limitar, proibir e impor de uma maneira fundamentalista pode funcionar na maneira inversa ao desejado.

Não se pode transformar estes conjuntos urbanos em cenários, em “cidade de brincar”, em museus - pouco - habitados

Infelizmente, muitos centros históricos transformaram-se exactamente nisso.

Aprofundando um pouco, podemos determinar diversos factores que levaram a isso, mas talvez o mais marcante tenha sido o excesso de rigidez na gestão urbana e o desligar da realidade local em prol do saber escolástico, das definições académicas ou de teorias urbanas ou sociológicas

Quase que se poderia exprimir assim:

“o que nós (quem faz as regras) achamos que os outros gostam de ver”. Muitos dos planos e das regras foram elaborados esquecendo as pessoas que lá existiam e privilegiaram uma visão estética, de imagem, superficial e esquecendo a vida diária, os hábitos as vivências dos seus habitantes e ao arrepio da evolução do conceito.

Em minha opinião, não vejo a gestão dos centros históricos sem ser algo partilhado entre os “que lá estão” - os seus habitantes e utilizadores diários e os “de fora”, ou seja, os especialistas também necessários neste processo: arquitectos, urbanistas, técnicos de turismo, sociólogos, etc.

É minha leitura, que, muitas das vezes, existe um divórcio entre estas duas maneiras de olhar e actualmente, terá necessariamente, de se transformar este divórcio num casamento frutuoso.

E é nesta mudança de abordagem, neste envolvimento entre todos os agentes que pode residir o sucesso da evolução dos centros históricos no século 21.

Como disse atrás, num centro histórico, o importante são as pessoas, que fazem dele um organismo vivo.

Sem elas, sem as suas vivências quotidianas, pode-se vir a correr o risco de termos um conjunto de cenários, fachadas ocas, povoadas de lojas de souvenirs, e que irão enriquecer algum industrial da China ou da Índia.

O grande desafio para o século 21 é que esses locais sejam activos, com uma crescente capacidade de gerar actividade económica, de criar

empregos, que sejam pólos atractivos de novos habitantes, que tenham a aptidão para conseguir uma regeneração humana e construída, imperceptível mas decidida sem perderem a unicidade e particularidade que os leva a serem especiais.

Porque serão essas as características que irão atrair os visitantes, que farão passar a palavra, que atrairão investimento e que potenciarão os desafios referidos anteriormente.

No fundo é uma relação causa/efeito circular, e quando estava a escrever veio-me à mente a imagem simbólica circular da serpente que morde a sua cauda, o “ouroboros” e que significa a renascença, a imortalidade, o ciclo perpétuo da vida e da morte...da vida e da morte de um centro histórico.

Um outro desafio de grande importância para um centro histórico é, na sua evolução e adaptação, incorporarem, integrarem os, vamos chamá-los, confortos da vida moderna.

Não se pode esperar que, nos tempos actuais, se viva medievalmente num centro histórico, mas também não se pode ir habitar para um local com determinada especificidade e querer viver num ambiente de quase ficção científica e o supra sumo do conforto e da tecnologia.

A compatibilização, ou a sábia integração dos hábitos contemporâneos de, e refiro ao acaso: automóveis, aquecimentos centrais, acessibilidades, infra-estruturas com ruas estreitas, paredes de alvenaria de pedra, rebocos de cal e areia caiados durante séculos e divisões não regulamentares é um desafio crucial e que urge resolver.

Num aparte, quantas vezes, na minha vida profissional sou confrontado com a obrigação de cumprir certos regulamentos rígidos em que não se pode alterar 5 cm um vão de porta, porque é tem de se manter a fachada e obrigados a cumprir o regulamento das acessibilidades interiores a deficientes...ou não se pode colocar uma velux, mas temos de colocar painéis solares?

A razoabilidade e o balanço entre as questões técnicas e estéticas é uma questão que vai levar a grande debate no futuro próximo.

E, voltando ao início, é numa nova geração de planos, de regulamentos, numa nova atitude de gestão integrada dos centros históricos, com uma cada vez maior envolvência e participação dos privados, da sociedade civil, que reside, em minha opinião o sucesso e a vida dos centros históricos.

Como devem ter reparado, não vim aqui propor soluções ou projectos para Alvalade, soluções concretas ou ideias para aplicação no terreno. Posso sim, deixar a sugestão de uma metodologia para reflexão e futuras conclusões.

Essa metodologia poderia ser sob a forma de workshops, ou grupos de reflexão, abertos a todos, que se poderiam inscrever nos temas que mais lhe agradassem ou sentissem que seriam mais úteis.

Esses grupos, com um coordenador ou relator, serviriam para trocar ideias, sugestões, recomendações e após algum tempo de discussão, deveria surgir um documento, um resumo, com o resultado dessas conversas.

Da súmula desses documentos, desses vários grupos de trabalho, poderia resultar num documento, orientador para futuras intervenções, uma carta de intenções da sociedade civil de Alvalade.

Este documento estratégico poderia definir alguns aspectos importantes para o desenvolvimento do centro histórico e da própria vila de Alvalade.

Os temas dos workshops poderiam ser, e é meramente um apontamento, os seguintes:

- 1) A definição dos elementos identificadores, caracterizadores e diferenciadores de Alvalade. O que torna Alvalade diferente, interessante, singular. O que faz com que as pessoas visitem Alvalade.
- 2) Casos concretos de sucesso turístico, cultural ou empresarial. O que concorreu para esse sucesso.
- 3) Como Alvalade pode vender e comunicar essa ideia, essa oferta, e atrair continuamente visitantes, mais residentes, mais negócios, mais investimentos.
- 4) A contemporaneidade...como o antigo e o novo se casam e se cruzam. A evolução moderna, contemporânea, de Alvalade não é das mais felizes...o que se pode criar de modo melhorar e potenciar o existente

Tendo estes temas, e muitos outros mais, sido reflectidos, discutidos, participados estarão criadas as bases, ou um esqueleto, de um programa estratégico para Alvalade, mas cuja génese, fruto da discussão pública, teria uma força política e social e um carácter identitário que não poderia ser ignorada.

“Tal como as pessoas, as sociedades e os povos possuem uma memória colectiva que constitui parte essencial da sua identidade como grupo e cuja perda poderá causar graves perturbações. Sabe-se que esta memória colectiva constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades”.

(Teresa Barata Salgueiro, in "A cidade em Portugal").

Francisco Lobo de Vasconcellos

20 de Setembro de 2011,

501 anos após a outorga do foral a Alvalade